Conselho das Finanças Públicas

RELATÓRIO DE ATIVIDADES, GESTÃO E CONTAS 2021

Índice

1. Introdução 3
2. Órgãos do CFP 4
2.1 Conselho Superior 4
2.2 Outros órgãos do CFP 5
3. A Atividade do CFP em 2021 6
3.1 Publicações 6
3.2 Intervenções públicas 9
3.3 Relações Institucionais 10
3.4 Redes internacionais de instituições orçamentais independentes 10
3.5 Outras atividades do CFP 11
3.6 Cumprimento dos objetivos para 2021 11
4. Gestão e Contas do CFP em 2021 14
4.1 Meios utilizados 14
4.1.1 Recursos humanos 14
4.2 Contas 16
4.2.1 Recursos financeiros 16
4.2.2 Situação financeira 19
4.2.3 Contabilidade de Gestão 21
4.2.4 Mapas previsionais 30
4.2.5 Indicadores 34
4.2.6 "Notas explicativas às demonstrações financeiras" 36
5. Documentos do Fiscal Único 49

Índice de quadros e gráficos

Quadro 1 – Composição do Conselho Superior 5
Quadro 2 - Publicações do CFP em 2021 7
Quadro 3 - Intervenções Públicas dos Membros do Conselho Superior e Técnicos em 2021 9
Quadro 4 - Ciclo de Conferências 2021 do Conselho das Finanças Públicas 11
Quadro 5 - Cumprimento dos objetivos 12
Quadro 6 - Recursos Humanos 15
Quadro 7 - Orçamento aprovado 16
Quadro 8 - Orçamento disponível 17

Quadro 9 - Decomposição económica da execução orçamental 18
Gráfico 1 - Orçamento de despesa de 2021 18
Gráfico 2 - Orçamento de despesa de 2020 19
Quadro 10 - Total de Amortizações / Depreciações 20
Quadro 11 - Valores de aquisição e amortizações/depreciações do ativo 20
Quadro 12 - Atividades auxiliares e principais 22
Quadro 13 – Resultados por funções 23
Quadro 14 - Balanço 25
Quadro 15 - Demonstração de Resultados por Naturezas 26
Quadro 16 - Demonstração das Alterações no Património Líquido 26
Quadro 17 - Demonstração dos Fluxos de Caixa 27
Quadro 18 - Demonstração de execução orçamental da receita 28
Quadro 19 - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa 29
Quadro 20 - Balanço Previsional 30
Quadro 21 - Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional 31
Quadro 22 - Demonstração de Resultados por Natureza Previsional 32
Quadro 23 - Previsionais: Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 33
Quadro 24 - Indicadores Económico Financeiros 35
Quadro 25 - Indicadores Orçamentais 35
Quadro 26 (Quadro 1) - Desagregação de caixa e depósitos 39
Quadro 27 (Quadro 3.1 AI) - Variação amortizações e perdas imparidade acumuladas 41
Quadro 28 (Quadro 3.2) - Ativos Intangíveis - Quantia escriturada e variações no período 41
Quadro 29 (Quadro 3.2A) - Ativos Intangíveis - Adições 42
Quadro 30 (Quadro 3.2B) - Ativos Intangíveis - Diminuições 42
Quadro 31 (Q5.1 AFT) - Variação depreciações e perdas imparidade acumuladas 43
Quadro 32 (Quadro 5.2) - Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações no período 44
Quadro 33 (Quadro 5.2A) - Ativos fixos tangíveis - Adições 45
Quadro 34 (Quadro 5.2B) - Ativos fixos tangíveis - Diminuições 46
Quadro 35 (Quadro 19.3) Benefícios dos empregados - Gastos reconhecidos no período 48

1. Introdução

De acordo com os seus Estatutos, o Conselho das Finanças Públicas (CFP) tem como missão avaliar de forma independente a coerência, o cumprimento dos objetivos definidos e a sustentabilidade das finanças públicas, promovendo simultaneamente a sua transparência.

A Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro, alargou entretanto a missão do CFP, encarregando-o de se pronunciar sobre os "objetivos propostos relativamente aos cenários macroeconómico e orçamental", bem como quanto ao "cumprimento da regra sobre o saldo orçamental, da regra da despesa da administração central e das regras de endividamento das regiões autónomas e das autarquias locais previstas nas respetivas leis de financiamento" (n.º 1 do art. 7.º da LEO).

Desta forma, o CFP contribui para a qualidade da democracia e das decisões de política económica, reforçando a credibilidade financeira da República.

Desde a sua criação, em maio de 2011, no âmbito da 5.ª alteração à Lei de Enquadramento Orçamental (artigo 12.º-I) e por iniciativa das autoridades políticas nacionais, o CFP procura garantir um trabalho técnico rigoroso. Todas as suas análises são publicadas, permitindo habilitar os cidadãos em geral e os atores políticos em particular com mais e melhor informação para poderem tomar melhores decisões.

No âmbito das suas atribuições, cabe ao CFP avaliar os cenários macroeconómicos adotados pelo Governo e a coerência das projeções orçamentais com esses cenários, bem como o cumprimento das regras orçamentais estabelecidas e ainda a situação financeira das regiões autónomas e das autarquias locais.

Cabe-lhe também analisar a evolução dos compromissos públicos, nomeadamente nas áreas das pensões e da saúde, avaliar o impacto potencial das entidades do sector público empresarial na situação consolidada das contas públicas e acompanhar a execução orçamental.

No contexto europeu, a criação do CFP antecedeu a orientação europeia sobre a existência nos Estados-Membros de organismos independentes com a missão de analisar o cumprimento das regras orçamentais, estabelecida pela Diretiva n.º 2011/85/UE do Conselho, de 8 de novembro de 2011 (alínea b) do artigo 6.º) .

No âmbito do reforço das condições de governação económica da área do Euro, Portugal e os restantes Estados-Membros da moeda única acordaram com o Parlamento Europeu atribuir às instituições orçamentais independentes o poder político uma série de competências importantes para robustecer a condução das políticas orçamentais nacionais. Estes organismos elaboram ou apreciam a plausibilidade e prudência das previsões macroeconómicas em que assentam os planos orçamentais nacionais de curto e médio prazos, analisam o cumprimento das regras orçamentais numéricas e avaliam o funcionamento dos mecanismos de correção de desvios em relação ao objetivo orçamental de médio prazo (artigos 4.º e 5.º do Regulamento UE n.º 473/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013).

Para garantir a necessária independência, o CFP atua de forma autónoma no desempenho das funções que lhe estão cometidas por lei e pelos Estatutos, não podendo solicitar nem receber instruções da Assembleia da República, do

Governo ou de quaisquer outras entidades públicas ou privadas. A independência financeira do CFP é assegurada pelo Orçamento do Estado. Também de acordo com os Estatutos, o Conselho tem acesso a toda a informação de natureza económica e financeira necessária ao cumprimento da sua missão, estando todas as entidades públicas obrigadas ao fornecimento atempado de tal informação, e aos esclarecimentos adicionais que lhes forem solicitados.

O CFP torna pública toda a sua informação de gestão através do portal online e os membros do Conselho Superior são ouvidos regulamente pela Assembleia da República. A atividade do Conselho é também acompanhada pelo presidente do Tribunal de Contas e pelo Governador do Banco de Portugal. A divulgação do presente Relatório de Atividades, Gestão e Contas, referente ao exercício económico de 2021, é também uma forma de prestar contas à sociedade portuguesa, facilitando o seu escrutínio sobre a atividade do CFP.

Conselho Superior em 2021. Da esquerda para a direita: Carlos Marinheiro, Miguel St. Aubyn, Nazaré da Costa Cabral, Paul De Grauwe, George Kopits.

2. Órgãos do CFP

2.1 Conselho Superior

O Conselho Superior é o órgão máximo do CFP, sendo responsável pelo cumprimento da sua missão, pela prossecução das suas atribuições, pela definição do seu plano de atividades e pela aprovação dos regulamentos internos. Assegura as orientações estratégicas, a gestão corrente e a representação institucional do CFP.

O Conselho Superior é um órgão colegial, constituído por cinco membros – o Presidente, o Vice-Presidente, o Vogal Executivo e dois Vogais Não-Executivos. Pode integrar até dois membros não nacionais, preferencialmente de outros Estados-Membros da União Europeia.

O Conselho Superior tem a composição constante do Quadro 1.

Quadro 1 – Composição do Conselho Superior

Nome	Cargo
Nazaré da Costa Cabral	Presidente
Paul De Grauwe	Vice-Presidente
Miguel St. Aubyn	Vogal Executivo
Carlos Marinheiro	Vogal Não-Executivo
George Kopits	Vogal Não-Executivo

O Presidente e o Vogal Executivo são obrigatoriamente residentes em Portugal. Em concordância com os estatutos, Paul De Grauwe e George Kopits não são nacionais nem residem em Portugal, exercendo as suas funções em regime de tempo parcial.

Sob propostas conjuntas do Presidente do Tribunal de Contas e do Governador do Banco de Portugal:

- através da Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2019, Nazaré da Costa Cabral tomou posse como Presidente em 6 de março de 2019;

- os atuais Vice-Presidente e Vogal Executivo foram designados em 2017 através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 105/2017, de 19 de julho.

- os Vogais Não-Executivos viram os seus mandatos renovados em 2014 com efeitos a partir de 22 de dezembro, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/2014, de 18 de novembro.

2.2 Outros órgãos do CFP

Para além do Conselho Superior, são órgãos do CFP a Comissão Executiva e o Fiscal Único.

A Comissão Executiva assegura a gestão corrente do CFP. Integram a Comissão Executiva a Presidente do Conselho Superior, o Vogal Executivo e o Diretor dos Serviços Técnicos. O cargo de Diretor dos Serviços Técnicos foi desempenhado até ao dia 1 de junho pelo Dr. Luís Cracel Viana, altura em que apresentou a sua demissão para passar a exercer a função de Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas. Nesta sequência, o Conselho Superior delegou no Professor Carlos Marinheiro, membro do Conselho Superior, a coordenação global da área técnica até que seja designado um novo Diretor dos Serviços Técnicos.

O Fiscal Único é o órgão responsável pelo controlo da gestão financeira e patrimonial do Conselho das Finanças Públicas e sua legalidade e é desempenhado por Pedro José Gomes do Nascimento Barreira, conforme despacho n.º 2682/2018, de 15 de março. O Fiscal Único acompanhou e deu parecer sobre a estruturação administrativo-financeira da instituição, além de exercer as demais competências definidas nos Estatutos.

3. A Atividade do CFP em 2021

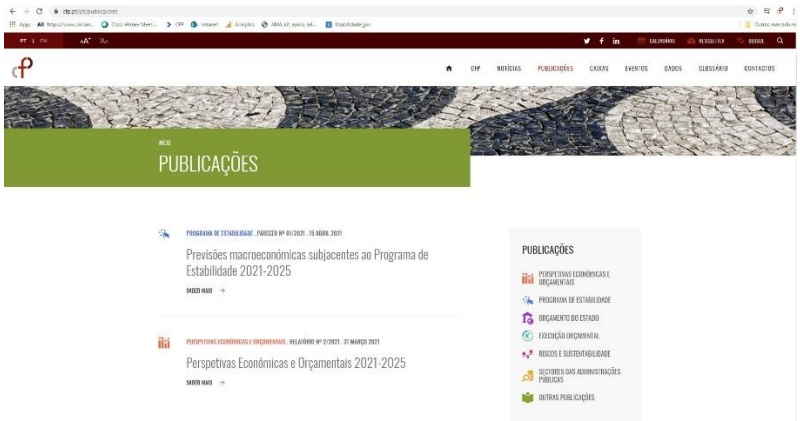
Neste capítulo dá-se conta dos serviços prestados pelo CFP ao longo de 2021. Para o efeito, são apresentadas as análises escritas, as intervenções públicas dos membros do Conselho Superior, as relações com outras instituições, bem como a participação em redes internacionais com organismos congéneres.

O ano de 2021 continuou marcado pela continuação da pandemia por COVID-19, obrigando a alterações profundas na relação com o trabalho.

Todos os colaboradores do CFP continuaram a exercer as suas funções em regime de teletrabalho ou misto, para o qual foram disponibilizados os instrumentos necessários (tecnológicos e outros) para a prossecução da missão e atribuições da instituição.

3.1 Publicações

Exemplos de publicações do CFP em 2021



Em 2021, o CFP prosseguiu o seu trabalho de análise e escrutínio das contas públicas nacionais. As conclusões e análises do CFP são sempre publicadas e disponibilizadas na página da internet da organização, perfazendo um total de 15 publicações durante este ano. As publicações consideradas mais relevantes são traduzidas em língua inglesa, sendo a versão traduzida disponibilizada algumas semanas após o texto original em português.

No âmbito das suas competências, o CFP analisou trimestralmente a execução orçamental das administrações públicas, em contas nacionais, além de realizar uma análise de base anual; avaliou os cenários macroeconómicos subjacentes ao Programa de Estabilidade e ao Plano de Esboço Orçamental; examinou os documentos de programação orçamental e deu continuidade a uma nova coleção iniciada em 2015 sobre as perspetivas económicas e orçamentais de médio prazo das finanças públicas em Portugal.

A análise do processo orçamental concentrou uma parte importante da atenção dos técnicos do CFP, o que decorre do facto de, em Portugal, o CFP ser o organismo independente com a incumbência de avaliar as previsões macroeconómicas subjacentes quer ao Programa de Estabilidade quer ao Orçamento do Estado. Estas avaliações são divulgadas no dia em que o Governo publica esses documentos de programação orçamental. Cerca de três semanas depois, o CFP apresenta a sua análise do conteúdo orçamental daqueles planos, com destaque para as comparações com as metas anteriormente anunciadas pelo Governo, a coerência com as medidas de política planeadas e a avaliação do risco das previsões orçamentais.

A série Perspetivas Económicas e Orçamentais entrou no seu sétimo ano de publicação, registando um crescente interesse por parte do público e dos órgãos de comunicação social. Com duas edições anuais (em março e em setembro), trata-se de uma análise prospetiva dos desenvolvimentos macroeconómicos e orçamentais expectáveis no período de cinco anos num cenário de políticas invariantes.

A divulgação destas publicações inclui a realização de uma conferência de imprensa com a presença dos membros residentes do Conselho Superior do CFP. Os constrangimentos na mobilidade provocados desde 2020 pela pandemia por COVID-19 obrigaram ao cancelamento da habitual conferência de imprensa, embora o CFP mantenha a disponibilidade para prestar esclarecimentos e responder às questões relacionadas com as suas análises e atividade junto dos jornalistas.

Ao longo de 2021 foi ainda divulgado um documento de trabalho sobre o efeito dos confinamentos suaves e duros contra o COVID-19 em Portugal, uma publicação ocasional sobre as escolhas de política orçamental em Portugal durante a pandemia e um parecer sobre o Projeto de Lei n.º 618/XIV/2.ª "Conta-corrente entre os contribuintes e o Estado".

O Quadro 2 contém todas as publicações divulgadas pelo CFP em 2021, com hiperligação para a página da internet. Na página online do CFP, cada publicação é acompanhada de uma folha de cálculo que contém todos os gráficos e quadros relativos a cada documento de análise.

Quadro 2 - Publicações do CFP em 2021

DATA	TÍTULO	TIPO	N.º
10 de fevereiro	Análise ao Orçamento do Estado aprovado para 2021	Relatório	1/2021
22 de fevereiro	Uma abordagem de "cinto e suspensórios" – o efeito dos confinamentos suaves e duros contra o COVID-19 em Portugal	Documento de Trabalho	1/2021
31 de março	Perspetivas Económicas e Orçamentais 2021-2025	Relatório	2/2021
15 de abril	Previsões macroeconómicas subjacentes ao Programa de Estabilidade 2021-2025	Parecer	1/2021
28 de abril	Análise do Programa de Estabilidade 2021-2025	Relatório	3/2021

DATA	TÍTULO	TIPO	N.º
4 de maio	As escolhas de política orçamental em Portugal durante a pandemia: uma avaliação preliminar	Publicação Ocasional	1/2021
12 de maio	Evolução orçamental das Administrações Públicas em 2020	Relatório	4/2021
20 de maio	Evolução Orçamental da Segurança Social e da CGA em 2020	Relatório	5/2021
27 de maio	Evolução do Desempenho do Serviço Nacional de Saúde em 2020	Relatório	6/2021
16 de setembro	Perspetivas Económicas e Orçamentais 2021-2025 (atualização)	Relatório	7/2021
30 de setembro	Evolução Orçamental da Administração Local em 2020	Relatório	8/2021
11 de outubro	Previsões macroeconómicas subjacentes à Proposta de Orçamento do Estado para 2022	Parecer	2/2021
21 de outubro	Parecer do CFP sobre o Projeto de Lei n.º 618/XIV/2.ª "Conta-corrente entre os contribuintes e o Estado"	Parecer	3/2021
25 de outubro	Análise da proposta de Orçamento do Estado para 2022	Relatório	9/2021
02 de dezembro	Riscos Orçamentais e Sustentabilidade das Finanças Públicas 2021	Relatório	10/2021

3.2 Intervenções públicas

Ao longo do ano, o CFP foi convidado a intervir em várias conferências e seminários sobre matérias relacionadas com a sua missão. A maioria das intervenções públicas dos membros do Conselho Superior aconteceram através de plataformas tecnológicas (comunicações por vídeo) devido aos constrangimentos à mobilidade provocados pela pandemia por COVID-19. O Quadro 3 indica todas as intervenções públicas dos membros do Conselho Superior e dos Técnicos do CFP em 2021.

Quadro 3 - Intervenções Públicas dos Membros do Conselho Superior e Técnicos em 2021

Data	Evento	Membro do Conselho Superior	Tema da Intervenção
19 janeiro	Conferência IDEFF - CoLABOR – Associação Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social	Nazaré da Costa Cabral	"Para lá da pandemia: como garantir o direito segurança social?"
18 maio	IV Conferência do Ciclo de Conferências 2021 do CFP em parceria com o NIPE - Núcleo de Investigação em Políticas Económicas e Empresariais (Universidade do Minho).	Nazaré da Costa Cabral Miguel St. Aubyn Carlos Marinheiro	"Especialização e diversificação da economia portuguesa: que perspetivas no pós-COVID?",
21 e 22 junho	Conferência sobre o Tema Fundos Europeus, organizado pelo Tribunal de Contas por ocasião da Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, Culturgest.	Nazaré da Costa Cabral	Gestão, controlo e responsabilidade
14 setembro	Audição parlamentar para esclarecimentos adicionais sobre o acesso a informação por parte do CFP.	Nazaré da Costa Cabral Miguel St. Aubyn Carlos Marinheiro	Acesso a informação por parte do CFP
6 outubro	Audição parlamentar do CFP para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da doença COVID-19 e do processo de recuperação económica e social	Nazaré da Costa Cabral Miguel St. Aubyn Carlos Marinheiro	Acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da doença COVID-19 e do processo de recuperação económica e social
23 novembro	9º Congresso da Ordem dos economistas	Nazaré da Costa Cabral	As PMEs e as transições ambiental e digital: desafios, oportunidades e riscos
10 dezembro	V Conferência do Ciclo de Conferências 2021 do CFP, em parceria com o ISEG-Lisbon School of Economics & Management e o Institute of Public Policy - Webinar	Nazaré da Costa Cabral Miguel St. Aubyn Carlos Marinheiro	Tax policy in the post-Covid 19 era

3.3 Relações Institucionais

O CFP, no âmbito da sua prestação de contas, apresenta-se perante os deputados da Assembleia da República para expor os seus relatórios sobre o Programa de Estabilidade e sobre o Orçamento do Estado, como é exigido nos Estatutos. Devido ao chumbo do OE para 2022, a audição do CFP foi cancelada. Em 2021, o Conselho Superior esteve presente em duas audições parlamentares na Comissão de Orçamento e Finanças: a 14 de setembro para prestar esclarecimentos adicionais sobre o acesso a informação por parte do CFP e a 6 de outubro para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da doença COVID-19 e do processo de recuperação económica e social.

Quanto à presença nos media, em 2021, a presidente do CFP, Nazaré da Costa Cabral, publicou três artigos de opinião no Jornal de Negócios e um na Revista Cadernos de Economia, e concedeu três entrevistas: em fevereiro ao Jornal Económico, em junho ao Jornal de Negócios, em setembro ao jornal Público.

Relativamente ao alcance mediático das publicações do CFP e considerando apenas os sete dias após cada publicação do CFP, verifica-se que ao longo de 2021 foram publicadas 1467 notícias sobre ou com referência ao Conselho, o que dá uma média de 76 notícias por publicação (dados da PressPower).

Analisando apenas a semana após cada publicação do CFP, verifica-se que os relatórios com maior atenção mediática foram a "Evolução orçamental das Administrações Públicas em 2020", em maio, e "Riscos Orçamentais e Sustentabilidade das Finanças Públicas 2021", em dezembro. O "Perspetivas Económicas e Orçamentais 2021-2025" foi o terceiro relatório que gerou mais notícias com referência ao CFP.

3.4 Redes internacionais de instituições orçamentais independentes

O tempo tem-se encarregado de mostrar a utilidade em partilhar experiências, dificuldades e soluções e, por isso, existem hoje três redes de colaboração internacional entre instituições orçamentais independentes. O CFP participa ativamente nos trabalhos de todas. Ao longo de 2021, o CFP participou online:

- Nas reuniões da EU Network of Independent Fiscal Institutions (EUNIFI), nos dias 26 e 27 de janeiro, 26 de fevereiro, 11 e 25 de março, 8 e 21 de junho, 23 e 30 de setembro e 5 de novembro;
- Na 13.ª e 14.ª Post-Programme Surveillance Mission (PPS) a Portugal, a 19 de março e 7 de setembro;
- Na reunião do European Fiscal Board (EFB), a 6 de julho;
- Na OECD Economic Survey Policy Mission, no dia 25 de março;
- No Parliamentary Budget Officials and Independent Fiscal Institutions (PBO), a 5 de novembro.

3.5 Outras atividades do CFP

O Ciclo de Conferências do CFP manteve-se em 2021 com uma lógica de continuidade para os anos seguintes, numa iniciativa em parceria com duas Faculdades nacionais que procurou aumentar a visibilidade do Conselho e disponibilizar informação útil e atualizada aos vários *stakeholders*, nomeadamente instituições nacionais e internacionais, jornalistas, estudantes e o público em geral.

Quadro 4 - Ciclo de Conferências 2021 do Conselho das Finanças Públicas

Data	Tema	Parceiros	Oradores
18 de maio	Especialização e diversificação da economia portuguesa: que perspetivas no pós-COVID?	NIPE - Núcleo de Investigação em Políticas Económicas e Empresariais (Universidade do Minho)	Cláudia Maria Neves Simões, Nazaré da Costa Cabral, Fernando Alexandre, Ana Teresa Lehmann, João Amador, Joana Silva e Carlos Marinheiro
10 de dezembro	Tax policy in the post-Covid 19 era	ISEG-Lisbon School of Economics & Management e Institute of Public Policy.	Clara Raposo, Nazaré da Costa Cabral, George Kopits, Eva Eberhartinger, Paulo Trigo Pereira, Simeon Djankov, David Bradbury, Ana Paula Dourado, Miguel St. Aubyn

Foi ainda apresentado o primeiro Plano Estratégico 2021-2023 do CFP – com o intuito de lançar um conjunto muito ambicioso e importante de reformas ao nível da gestão e do funcionamento da instituição – e o Plano de Gestão 2021.

O CFP continuou, em 2021, o processo de conformidade com o Decreto-lei n.º 83/2018, de 19 de outubro, que transpõe a Diretiva (UE) 2016/2102 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à acessibilidade dos sítios Web e das aplicações móveis. Para esse efeito foram realizadas diversas alterações no website que aguardam apreciação favorável da Agência para a Modernização Administrativa (AMA), o instituto público responsável pela promoção e desenvolvimento da modernização administrativa em Portugal.

3.6 Cumprimento dos objetivos para 2021

As três primeiras colunas do Quadro 5 constam do Plano de Gestão para 2021, e elencam os objetivos e os respetivos indicadores e metas. A quarta coluna inclui uma avaliação do alcance das metas. Constata-se que as metas foram de um modo geral alcançadas e por vezes superadas. Apenas nos objetivos de "Simplificar e desmaterializar a gestão interna do CFP" e de "Melhorar as competências e satisfação dos trabalhadores do CFP" se encontram ocorrências de alcance parcial.

Quadro 5 - Cumprimento dos objetivos

Objetivos para 2021	Indicadores	Meta	Alcance
1. Aprofundar os instrumentos e metodologias de análise macro orçamental	1.1 Grau de cumprimento das iniciativas atribuídas aos centros de competências das áreas de missão	• Execução das iniciativas relativas a 2021	As iniciativas relativas a 2021 foram executadas.
2. Fomentar a investigação técnico-científica e publicações	2.1 Número de publicações em 2021	• Duas publicações	Duas publicações: "As escolhas de política orçamental em Portugal…" e "Uma abordagem de cintos e suspensórios…"
3. Divulgação tempestiva dos relatórios	3.1. Data de entrega do relatório ao CS	• Cumprimento das datas previstas para o envio ao CS na calendarização de cada relatório	As datas previstas foram cumpridas
4. Rever a estrutura de organização interna do CFP	4.1. Grau de conclusão do regulamento interno	• Concluir o regulamento interno até 28 de fevereiro de 2021	O regulamento interno foi apresentado em 23/2.
5. Aprofundar a cooperação com parceiros nacionais e internacionais	5.1. Grau de participação em reuniões de representação institucional 5.2. Data de resposta aos contributos para organizações internacionais 5.3. Grau de elaboração do documento de análise ao relatório da OCDE	• Número de reuniões em que o CFP participou • Resposta atempada aos pedidos das redes internacionais em que o CFP participa • Conclusão do documento de análise até 31 de dezembro de 2021	O CFP participou em todas as reuniões em causa, respondeu atempadamente a todos os pedidos, e a primeira versão do documento de análise foi concluída antes de terminado o ano de 2021.
6. Promover a transformação digital	6.1. Data de disponibilização do Plano Estratégico da transformação digital no CFP 6.2. Grau de execução anual de duas (2) iniciativas DX	• Concluir o planeamento estratégico de transformação digital (DX) para o CFP até ao final de abril de 2021, cobrindo um horizonte temporal de 3 anos • Conclusão de duas iniciativas durante 2021	O Plano Estratégico para a Transformação Digital no CFP 2021-2023 foi concluído em 30 de abril. Duas iniciativas: i) Formação em Ciência de Dados (5 sessões) e ii) Publicação de "Evolução do desempenho do serviço nacional de saúde em 2020" com um relatório interativo.
7. Simplificar e desmaterializar a gestão interna do CFP	7.1. Data de disponibilização do Dossier de Análise Funcional de requisitos operacionais e de gestão interna (DAF)	• Conclusão até ao final de outubro de 2021 de análise de requisitos funcionais aos atuais processos de gestão interna no CFP, por via de	A proposta para análise do levantamento de processos internos do CFP foi recebida em dezembro de 2021.

Objetivos para 2021	Indicadores	Meta	Alcance
		levantamento e diagnóstico dos circuitos e tecnologias que os suportam	
8. Melhorar as competências e satisfação dos trabalhadores do CFP	8.1 Percentagem de trabalhadores com frequência em ações de formação; 8.2 Grau de satisfação dos trabalhadores, aferido por inquérito. Identificar ações de melhoria, decorrente da análise da aplicação do inquérito aos trabalhadores, em janeiro 2021, e avaliar o impacto das ações de melhoria no grau de satisfação dos trabalhadores, com o inquérito a realizar em dezembro 2021.	• 85% dos trabalhadores • Garantir um aumento médio do grau global de satisfação dos trabalhadores em 10%.	Foi superada a meta da formação, atingindo-se o valor de 100 %. O grau global de satisfação dos trabalhadores aumentou em 5 por cento.

4. Gestão e Contas do CFP em 2021

O CFP, conforme disposto no artigo 1.º dos seus Estatutos, é dotado de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, estando sujeito ao regime dos serviços e fundos autónomos.

Nesta secção, referem-se os principais meios que o CFP utilizou durante o ano de 2021, quer a nível de recursos humanos, quer a nível de recursos financeiros.

4.1 Meios utilizados

4.1.1 Recursos humanos

No final de 2021, para o desempenho das suas funções, o CFP contava com dezoito trabalhadores, distribuídos por três áreas de missão, uma área de suporte e uma área de projeto. No início desse ano, verificou-se a entrada de um Coordenador para a área de Sistemas de Informação e Data Science e de um Gestor de Projeto para o Programa de Projetos na Área da transparência, riscos e sustentabilidade das Finanças Públicas. Em maio deste ano, ficou vago o lugar do Diretor dos Serviços Técnicos.

O Quadro 6 descreve os recursos humanos dos Serviços Técnicos do CFP, no final de 2021, comparativamente com o ano anterior, com referência ao respetivo grupo de pessoal e qualificação académica mais elevada.

Quadro 6 - Recursos Humanos

Grupo de Pessoal	31-12-2020	Situação em 31 de dezembro de 2021					
		Total	Doutoramento	Mestrado	Pós-Graduação 1	Licenciatura	Outras Habilitações
Diretor	1	-	-	-	-	-	-
Coordenador Administrativo e Financeiro e Recursos Humanos	1	1	-	-	1	-	-
Coordenador Sistemas de Informação e Data Science	-	1	-	1	-	-	-
Coordenador Análise e Provisões Macro-orçamentais	1	1	1	-	-	-	-
Coordenador Riscos e Sustentabilidade das Finanças Públicas	1	1	-	1	-	-	-
Coordenador Supervisão e Acompanhamento das Finanças Públicas	1	1	-	-	1	-	-
Gestor de Projeto da Área de Projeto em Transparência, Riscos e Sustentabilidade das Finanças Públicas	-	1	-	1	-	-	-
Analistas de economia e finanças públicas das Áreas de Missão	6	6	1	4	1	-	-
Técnico de Sistemas de Informação e Data Science da Área de Suporte	1	1	-	1	-	-	-
Técnico Especialista de Comunicação e Imagem da Área de Suporte	1	1	-	-	-	-	1
Técnico Especialista Jurídico da Área de Suporte	1	1	-	-	-	1	-
Técnico Especialista do Secretariado de Direção da Área de Suporte	1	1	-	-	-	-	1
Técnicos Administrativo, Financeiro e Recursos Humanos da Área de Suporte	2	2	-	-	-	1	1
Total	17	18	2	8	3	2	3

[1] Aprovação em curso de Ensino Superior que exige licenciatura como habilitação de acesso e não confere grau académico.

Tal como no passado, o CFP continua a primar pela excelência dos seus trabalhadores, continuando a apostar na valorização profissional, oferecendo condições de formação de elevada qualidade, promovendo a autoformação, e incentivando os seus colaboradores a alargar, cada vez mais, o seu leque de conhecimentos e capacidades.

O plano de Gestão do Conselho das Finanças Públicas, para o ano de 2021, tinha estipulado como objetivo: Melhorar as competências e satisfação dos trabalhadores do CFP e como indicador de monotorização: Garantir a frequência em 85% dos trabalhadores em ações de formação, objetivo esse que foi cumprido na sua plenitude, dado que todos os trabalhadores frequentaram, pelo menos, uma ação de formação, cumprindo assim os 100% do indicador definido, através de uma aposta estratégica na formação, no aumento de competências e aquisição de novos conhecimentos durante o ano em curso. Assim, durante o ano de 2021, O CFP apostou num leque de formação adequado às suas necessidades, desenvolvido através de formação online e que, na sua maioria, abrangesse todas as áreas de trabalho do Conselho das Finanças Públicas. Foram contabilizadas um total de 804 horas e 15 minutos de formação, que representaram um custo global de 9.169,20€, suportado pela entidade empregadora.

4.2 Contas

4.2.1 Recursos financeiros

Nos termos estatutários, o CFP é financiado por Receitas Gerais do Orçamento do Estado. Nesta sequência, o orçamento do CFP para 2021 faz parte integrante da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro.

A preparação do orçamento do Conselho das Finanças Públicas é da responsabilidade do Conselho Superior, estando sujeito a parecer favorável emitido conjuntamente pelo Presidente do Tribunal de Contas e pelo Governador do Banco de Portugal, de acordo com o estabelecido no artigo 29.º dos seus Estatutos.

O orçamento inicial de receita e despesa do CFP, para 2021, foi de 2.699.850€.

A dotação do orçamento para 2021 foi inscrita na fonte de financiamento 311 — Receitas Gerais, não afetas a projetos cofinanciados, no Programa Orçamental 01 — Órgãos de Soberania/Encargos Gerais da Nação, conforme descrito Quadro 5, que mostra igualmente a desagregação da despesa prevista, de acordo com a classificação económica:

Quadro 7 - Orçamento aprovado

ORÇAMENTO DE RECEITA		
CE Receita	Designação	Dotação
06.03.01	Transferências Correntes-Administração Central-Estado	2 578 322,00
10.03.01	Transferências Capital-Administração Central-Estado	121 528,00
	Total	2 699 850,00

ORÇAMENTO DE DESPESA	
Agrupamento Económico	Dotação
Despesas com pessoal	1 875 482,00
Aquisição de bens e serviços	702 840,00
Aquisição de bens de capital	121 528,00
Total	2 699 850,00

Ao longo do ano e no âmbito da execução orçamental, foi necessário proceder-se a alterações orçamentais, resultando a dotação disponível conforme Quadro 8 a seguir:

Quadro 8 - Orçamento disponível

ORÇAMENTO DE DESPESA		
Designação	Orçamento aprovado	Orçamento disponível (após alterações orçamentais)
Despesas com pessoal	1 875 482,00	1 875 776,00
Aquisição de bens e serviços	702 840,00	702 546,00
Aquisição de bens de capital	121 528,00	121 528,00
Total	2 699 850,00	2 699 850,00

Os dados finais da conta de gerência, encerrada em 22 de março de 2022, permitem estimar em 75,15% a execução da dotação total disponibilizada pelo Orçamento do Estado em 2021.

O Quadro 9 junta mais detalhe à execução orçamental, sendo que a despesa com aquisição de bens e serviços foi executada em 47,75% face ao orçamento inicial do agrupamento em análise e 47,77% face à dotação disponível, após alterações orçamentais.

A taxa de execução do agrupamento de Aquisição de bens de capital, face ao inicialmente previsto, cifrou-se em 11,85%.

A taxa de execução do agrupamento de despesas com pessoal, face ao inicialmente previsto, cifrou-se em 89,52% e 89,51% face à dotação disponível, após alterações orçamentais. A referida execução resulta, essencialmente, da fixação de pessoal em número menor face ao orçamentado.

Quadro 9 - Decomposição económica da execução orçamental

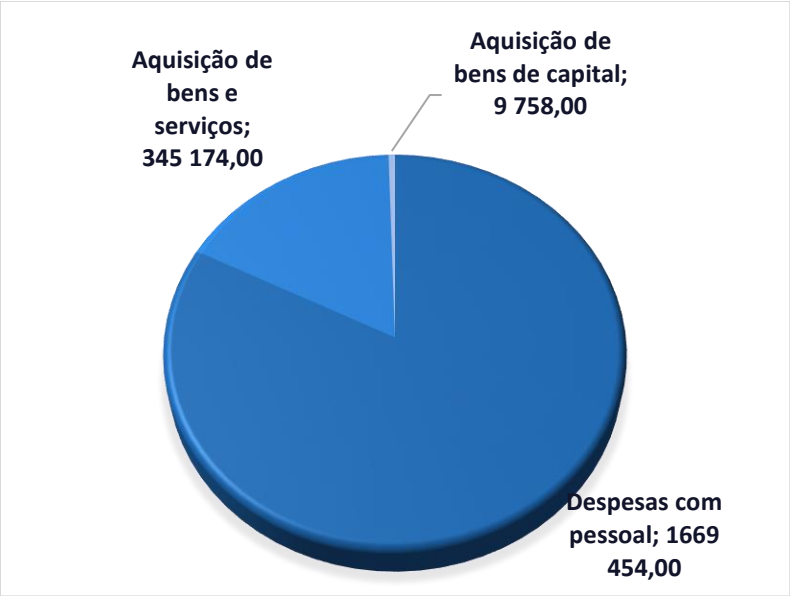
ORÇAMENTO DE DESPESA	
Agrupamento Económico	2021
Despesas com pessoal	1 679 000,25
Aquisição de bens e serviços	335 600,11
Aquisição de bens de capital	14 404,97
Total	2 029 005,33

A despesa com bens e serviços resulta, essencialmente, da utilização das instalações físicas do CFP. Trata-se da aquisição de serviços de limpeza, comunicações, tecnologias de informação e comunicação, bem como do pagamento de rendas.

Dos gráficos a seguir apresenta-se a decomposição económica da execução orçamental face ao período homólogo:

Gráfico 1 - Orçamento de despesa de 2021

Gráfico 2 - Orçamento de despesa de 2020



Da análise aos gráficos apresentados, verifica-se um incremento da execução orçamental de 2021, motivado no que ao agrupamento económico de despesas com pessoal respeita, pelo aumento do número de trabalhadores do CFP face ao período homólogo e, nos restantes agrupamentos, se apura um decremento no agrupamento económico de aquisição de bens e serviços, motivado essencialmente pelo contexto da atual situação pandémica, atendendo a que o recurso ao teletrabalho, propiciou uma diminuição na aquisição de bens e serviços, todavia, no que à aquisição de bens de capital respeita, verifica-se um incremento, decorrente da aquisição de licenças de software e upgrade do sistema informático SINGAP-Recursos Humanos, entre outras aquisições de bens de capital.

4.2.2 Situação financeira

Foram observadas, genericamente, as disposições do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), na medida do aplicável ao Conselho das Finanças Públicas.

Os critérios valorimétricos adotados pelo CFP, previstos, foram os seguintes:

- O ativo foi mensurado ao custo de aquisição, considerando-se como tal a soma do preço de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de operar da forma pretendida;
- O CFP calcula as amortizações/depreciações dos seus ativos de acordo com o método de linha reta em conformidade com o período de vida útil máximo estimado;
- Todas as despesas com a manutenção e reparação dos ativos são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo;

- Não existem ativos ou passivos respeitantes a moeda estrangeira, pelo que não se aplicam os critérios relativos a diferenças de câmbio;
- Em obediência à base de acréscimo, registaram-se em acréscimos e diferimentos, ativos e passivos, os efeitos de rendimentos e ganhos a ser reconhecidos em exercícios diferentes daqueles em que ocorrem os correspondentes recebimentos ou pagamentos.

Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo, constantes do balanço e nas respetivas amortizações e depreciações, encontram-se identificados no Quadro 10.

Quadro 10 - Total de Amortizações / Depreciações

VARIAÇÃO DE AMORTIZAÇÕES / DEPRECIAÇÕES	
Rubricas	Valor acumulado
Ativos intangíveis	58 701,00
Ativos fixos tangíveis	577 589,00
Total	636 290,00

Não existem ativos adquiridos em estado de uso, nem ocorreram quaisquer alienações ou transferências durante o exercício. Para os ativos apresentam-se, de seguida, os respetivos valores de aquisição e amortização e depreciação.

Quadro 11 - Valores de aquisição e amortizações/depreciações do ativo

ATIVO - QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES PERÍODO			
ATIVO	QUANTIA BRUTA	Amortizações/Depreciações	QUANTIA ESCRITURADA
Ativos intangíveis			
Prog. comp. sist. informação	73 171,22	58 701,41	14 469,81
Outros ativos fixos tangíveis			
Equipamento básico	215 201,69	199 769,90	15 431,79
Equipamento administrativo	48 029,87	40 086,17	7 943,70
Outros	360 818,84	337 732,93	23 085,91
Total	697 221,62	636 290,41	60 931,21

Em cumprimento das normas aplicáveis, foi registado em acréscimo de custos o montante relativo a férias e subsídio de férias vencidas em 1 de janeiro de 2022, com reporte ao trabalho prestado em 2021. O montante apurado, adicionado dos respetivos encargos patronais, foi de 206.182,58€.

Não existem dívidas ativas nem passivas respeitantes ao pessoal da entidade.

A 31 de dezembro de 2021, o CFP não possui qualquer pagamento em atraso. Nesta sequência e ao abrigo do Despacho n.º 6989/2020 de S. Ex.ª o Ministro das

Finanças, publicado em Diário da República, II.ª Série, de 08 de julho, o CFP assumiu os seguintes compromissos para exercícios futuros:

- 2022 – 242.016,46€;
- 2023 – 200.662,66€;
- 2024 – 1.751,90€.

4.2.3 Contabilidade de Gestão

A gestão eficiente, eficaz e com qualidade imposta no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, requer informação obtida na Contabilidade de Gestão, permitindo demonstrar de forma clara, simples e objetiva, as práticas de gestão desenvolvidas pelo Conselho das Finanças Públicas, assegurando a continuidade e comparabilidade da informação financeira a prestar, mantendo-se a coesão com anos anteriores, e apoiando a gestão adequada dos processos internos nas diferentes fases de formação dos custos.

No quadro do Plano de Implementação da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada em anexo ao Decreto-Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, está previsto o desenvolvimento de um modelo de custeio que seja instrumental à implementação do modelo de orçamentação por programas. O modelo de custeio e indicadores de desempenho, têm necessariamente impacto na Norma de Contabilidade Pública 27 – Contabilidade de Gestão (NCP 27), estabelecendo os princípios para o desenvolvimento de um sistema de Contabilidade de Gestão e os requisitos mínimos para a sua apresentação, conteúdo e divulgação.

A NCP 27 destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique , sobre rendimentos e resultados, para satisfazer diferentes necessidades de informação, designadamente no processo de elaboração de orçamentos, nas funções de planeamento e controlo, e justificando-se para um plano de redução de custos, na determinação de preços, tarifas e taxas, no apuramento do custo de produção, na mensuração e avaliação de desempenho e na fundamentação económica e de decisões de gestão.

A Norma define os diferentes tipos de custos, bem como, os sistemas de custeio.

As características qualitativas da informação, baseiam-se nas características qualitativas gerais e nos constrangimentos da informação financeira definidos na Estrutura Concetual do SNC-AP (fiabilidade, oportunidade, comparabilidade e custo/benefício).

O sistema de custeio ABC (custeio baseado nas atividades) caracteriza-se pela imputação dos custos indiretos às atividades desenvolvidas para satisfazer as necessidades dos cidadãos/clientes, tendo como pressuposto que são as atividades que consomem os recursos e não os produtos (ponto 19).

No ponto 20 da NCP 27 são indicadas as etapas principais para implementação do sistema ABC, a seguir indicadas:

a) Identificar as atividades (principais e auxiliares) realizadas e que consomem recursos;
b) Atribuir os custos às atividades;

c) Identificar os indutores de custo mais indicados para cada atividade que devem ser utilizados para imputar os gastos das atividades ao objeto de custo final;
d) Calcular o custo unitário de cada indutor de custo;
e) Atribuir os custos das atividades aos bens e serviços produzidos (por multiplicação do custo unitário de cada indutor de custo, pelas quantidades consumidas, por cada bem ou serviço).

De acordo com o ponto 34 da NCP 27, deve ser divulgado por cada bem, serviço ou atividade final, a seguinte informação:

a) Custos diretos e indiretos de cada bem, serviço e atividade;
b) Rendimentos diretamente associados aos bens, serviços e atividades (se existirem);
c) Custos totais do exercício económico e custo total acumulado de atividades, produtos ou serviços com duração plurianual, ou não coincidente com o exercício económico;
d) Objetos de custos finais para os quais se determinou o custo total, os critérios de imputação dos custos indiretos utilizados e os custos não incorporados.

Serviços internos

Quadro 12 - Atividades auxiliares e principais

Serviços internos e auxiliares	Atividades ou serviços principais
Conselho Superior	Assegura as orientações estratégicas, a gestão corrente e a representação institucional
Diretor	Direção dos serviços técnicos
Coordenador Técnico da subárea Administrativa, Financeira e Recursos Humanos da Área de Suporte	Apoio na gestão corrente do CFP
Coordenador Técnico da subárea de Sistemas de Informação e Data Science da Área de Suporte	Apoio aos analistas de Economia e Finanças e gestão corrente do CFP
Coordenador Técnico da subárea de Análise e provisões macro-orçamentais	Apoio aos analistas de Economia e Finanças
Coordenador Técnico da subárea de Riscos e sustentabilidade das Finanças Públicas	Apoio aos analistas de Economia e Finanças
Coordenador Técnico da subárea de Supervisão e acompanhamento das Finanças Públicas	Apoio aos analistas de Economia e Finanças
Analista de Economia e Finanças	Elaboração de relatórios e análise das contas públicas nacionais
Técnico de Sistemas de Informação	Outros
Técnico Especialista	Outros
Técnico	Outros

Sistema ABC e serviços internos: não aplicável (não foram definidos previamente os respetivos indutores de custos).

Repartição dos custos indiretos: não aplicável (não foram definidos previamente os respetivos indutores de custos).

O quadro 13 a seguir apresentado - Resultados por funções, mostra o resultado líquido do período, por funções, a partir dos gastos e rendimentos dos serviços faturados, e ainda dos rendimentos gerais e dos gastos não incorporados do período.

Quadro 13 – Resultados por funções

31/12/2021

	Ano N	Ano N-1
RENDIMENTOS DIRETOS (1)	0,00	0,00
Produtos vendidos		
Serviços Prestados		
GASTOS INCORPORADOS (2)	-2 003 504,62	-2 015 547,55
Custos dos Produtos vendidos		
Custos dos Serviços prestados	-2 003 504,62	-2 015 547,55
RESULTADO BRUTO DO PERÍODO (3) = (1) - (2)		
Produtos		
Serviços	-2 003 504,62	-2 015 547,55
RENDIMENTOS GERAIS (4)	2 056 980,49	2 063 826,98
Impostos e taxas		
Transferências e subsídios correntes obtidos	2 042 434,06	2 051 838,18
Rendimentos ambientais		
Rendimentos financeiros		
Outros rendimentos	14 546,43	11 988,80
GASTOS NÃO INCORPORADOS (5)	29 561,63	34 530,69
Gastos operacionais	20 588,98	34 523,61
Transferências e subsídios concedidos		
Gastos ambientais		
Gastos administrativos		
Gastos financeiros		
Outros gastos	8 972,65	7,08
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (6=3+4-5)	23 914,24	13 748,74

Pela análise do quadro 14, verifica-se um decremento de 12.042,93€ em custos dos serviços prestados de gastos incorporados, face ao período anterior, o Ano N-1, motivado essencialmente pelo impacto resultante do atual contexto pandémico da COVID-19 na atividade do CFP e consequente diminuição de gastos no que a fornecimentos e serviços externos respeita.

Verifica-se igualmente um decremento de transferências e subsídios correntes obtidos em N de 9.404,12€ justificados pela diminuição de fornecimentos e serviços externos, tal como anteriormente referido.

No que a Outros Rendimentos em N respeita, o montante de 14.546,43€ se refere a imputação dos subsídios ao investimento – rendimentos diferidos - conta 7883000000 - Imp Sub e Transf Inv.

O valor de 20.588,98€ de Gastos Não Incorporados - Gastos operacionais em N, resulta das amortizações e depreciações ocorridas no período.

O montante de 8.972,65€ de Outros gastos em N, resulta do montante de 8.815,65€ o qual se refere a gastos de 2020 suportados pelo orçamento de 2021 por contrapartida da conta 6881900000 - OG-Correç Per Ant-Outras, acrescido do montante de 150,00€ referente a coima emitida pela AT que resultou da alteração dos representantes do CFP e, pelo montante de 7,00€ de juros de mora da CGA, registados por contrapartida da conta 6889100000 - OG-Outros-Outros Não Especificados Corrente.

Relativamente às operações do período apurado, de 2021, e para uma melhor avaliação quanto aos serviços efetuados pelo CFP, apresenta-se de seguida o Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração das Alterações no Património Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa, tendo como período de comparação 2020.

Quadro 14 - Balanço

Unidade monetária (1)

RUBRICAS	NOTAS	2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		46 461,40	58 764,14
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis		14 469,81	7 726,41
Ativos biológicos			
Investimentos financeiros			
Devedores por empréstimos bonificados e Acionistas/sócios/associados			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
		60 931,21	66 490,55
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não			
Devedores por empréstimos bonificados e			
Clientes, contribuintes e utentes			
Estado e Outros Entes Públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber		205 272,42	87 293,24
Diferimentos		16 383,56	16 086,20
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos		58 101,55	106 195,96
		279 757,53	209 575,40
Total do ativo		340 688,74	276 065,95
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital			
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados		-1 571,00	-15 319,74
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido		35 532,12	35 048,91
Resultado líquido do período		23 914,24	13 748,74
Total do Património Líquido		57 875,36	33 477,91
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não		58 101,55	
Fornecedores		1,33	339,97
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos		9 851,98	18 882,05
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Outras contas a pagar		206 182,58	194 398,46
Diferimentos		8 675,94	28 967,56
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		282 813,38	242 588,04
Total do Passivo		282 813,38	242 588,04
Total do Património Líquido e Passivo		340 688,74	276 065,95

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigência de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Quadro 15 - Demonstração de Resultados por Naturezas

Unidade monetária (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2021	PERÍODOS 2020
Impostos, contribuições e taxas			
Vendas			
Prestações de serviços e concessões			
Transferências e subsídios correntes obtidos		2 042 434,06	2 051 838,18
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das			
Fornecimentos e serviços externos		-322 704,82	-344 601,09
Gastos com pessoal		-1 680 799,80	-1 670 946,46
Transferências e subsídios concedidos			
Prestações sociais			
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		14 546,43	11 988,80
Outros gastos e perdas		-8 972,65	-7,08
Resultados antes de depreciações e		44 503,22	48 272,35
Gastos/reversões de depreciação e		-20 588,98	-34 523,61
Imparidade de investimentos			
Resultado operacional (antes de		23 914,24	13 748,74
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		23 914,24	13 748,74
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		23 914,24	13 748,74
Resultado líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigência de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros consolidadas

Quadro 16 - Demonstração das Alterações no Património Líquido

Unidade Monetária: EUR

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital/Património Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instr. capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajust. em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vari. patr. líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO ÍNICIO DO PERIODO (1)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-15 319,74	0,00	0,00	35 048,91	13 748,74	33 477,91	0,00	33 477,91
ALTERAÇAO NO PERIODO (2)														
Ajustamentos de transição de ref.contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conv.de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e resp. variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	483,21	0,00	483,21	0,00	483,21
Outras alt. reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(2)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	483,21	0,00	483,21	0,00	483,21
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)											0,00	23 914,24	0,00	23 914,24
RESULTADO INTEGRAL (4) = (2)+ (3)											0,00	24 397,45	0,00	24 397,45
OPERAÇAO COM DETENTORES DE CAPITAL NO														
Subscrições de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13748,74	0,00	0,00	0,00	-13748,74	0,00	0,00	0,00
(5)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13748,74	0,00	0,00	0,00	-13748,74	0,00	0,00	0,00
(1)+(2)+(3)+(5)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 571,00	0,00	0,00	35 532,12	23 914,24	57 875,36	0,00	57 875,36

Quadro 17 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Unidade monetária (1)

Rubricas	Notas	Períodos 2021	Períodos 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes			
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos transferências e subsídios correntes		2 072 701,91	2 120 934,02
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores		-335 396,74	-345 120,99
Pagamentos ao pessoal		-1 679 000,25	-1 669 454,41
Pagamentos a contribuintes / utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios			
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		58 304,92	106 358,62
Pagamento / recebimento do Imp. Sobre rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		-106 399,33	-117 620,43
Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)		-48 094,41	-11 261,81
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2 988,13	-9 758,20
Ativos intangíveis		-11 416,84	0,00
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de :			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		14 404,97	9 199,22
Transferências de capital			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (b)		0,00	-558,98
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (c)			
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-48 094,41	-11 820,79
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		106 195,96	118 016,75
Caixa e seus equivalentes no fim do período		58 101,55	106 195,96
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		106 195,96	118 016,75
- Equivalentes a caixa no início do período			
+ Parte do SG que não constitiu equiv. De caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		106 195,96	118 016,75
De execução orçamental			
De operações de tesouraria			
Caixa e seus equivalentes no fim do período		58 101,55	106 195,96
- Equivalentes a caixa no início do período			
+ Parte do SG que não constitui equiv. De caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência seguinte		58 101,55	106 195,96
De execução orçamental		58 101,55	106 195,96
De operações de tesouraria			

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigência de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Atendendo a que o relato orçamental é o mecanismo que permite verificar o cumprimento da lei em termos de finanças públicas, sendo a informação orçamental crucial para a comparação entre a receita e a despesa orçamentada e executada, apresenta-se de seguida a Demonstração de Execução Orçamental da Despesa e a Demonstração de Execução Orçamental da Receita do período apurado, de modo a facilitar avaliação da extensão com que foram cumpridos os objetivos e esforços financeiros do CFP.

Quadro 18 - Demonstração de execução orçamental da receita

Unidade monetária: EURO

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas (1)	Rec. Cobrar períodos ant. (2)	Receitas Liquidadas (3)	Liquidações Anuladas (4)	Receitas Cobradas brutas (5)	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período (11)	Grau de execução orçamental (12)=(10)/(1)*100
							Emitidos (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período corrente (9)	Total (10)=(5)-(7)		
Receita	corrente												
R.06.03.01.41.98	CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS	2 578 322,00	0,00	2 072 701,91	0,00	2 072 701,91	0,00	0,00	0,00	2 072 701,91	2 072 701,91	0,00	80,39
Receita	capital												
R.10.03.01.41.98	CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS	121 528,00	0,00	14 404,97	0,00	14 404,97	0,00	0,00	0,00	14 404,97	14 404,97	0,00	11,85
R.16.01.01.01.00	NA POSSE DO SERVIÇO - RECEITAS GERAIS	0,00	0,00	0,00	106 195,96	0,00	106 195,96	106 195,96	0,00	-106 195,96	-106 195,96	0,00	0,00
	Total	2 699 850,00	0,00	2 087 106,88	106 195,96	2 087 106,88	106 195,96	106 195,96	0,00	1 980 910,92	1 980 910,92	0,00	73,37

Quadro 19 - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Unidade monetária: EURO

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar periodos anteriores (1)	Dotações Corrigidas (2)	Cativos / descativos (3)	Cabimentos (4)	Compromissos (5)	Obrigações (6)	espesas pagas líquidas de reposição			Compromissos a transitar (10)=(5)-(6)	Obrigações por pagar (11)=(6)-(9)	Grau de execução orçamental (12)=(9)/(2)*100
								Períodos anteriores (7)	Período corrente (8)	Total (9)=(8)+(7)			
Despesa corrente													
D.01.01.02.00.00	ÓRGÃOS SOCIAIS	0,00	14 760,00	0,00	14 760,00	14 760,00	14 760,00	0,00	14 760,00	14 760,00	0,00	0,00	100,00
D.01.01.09.00.00	PESSOAL EM QUALQUER	0,00	1 285 829,00	0,00	1 138 048,97	1 138 048,97	1 138 048,97	0,00	1 138 048,97	1 138 048,97	0,00	0,00	88,51
D.01.01.13.00.00	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	0,00	29 040,00	0,00	24 212,52	24 212,52	24 212,52	0,00	24 212,52	24 212,52	0,00	0,00	83,38
D.01.01.14.SF.00	SUBSIDIO FERIAS	0,00	105 927,00	0,00	98 745,28	98 745,28	98 745,28	0,00	98 745,28	98 745,28	0,00	0,00	93,22
D.01.01.14.SN.00	SUBSIDIO NATAL	0,00	105 402,00	0,00	94 826,69	94 826,69	94 826,69	0,00	94 826,69	94 826,69	0,00	0,00	89,97
D.01.02.12.00.00	CESSAÇÃO FUNÇÕES	0,00	12 294,00	0,00	12 293,14	12 293,14	12 293,14	0,00	12 293,14	12 293,14	0,00	0,00	99,99
D.01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSE	0,00	181 147,00	0,00	164 169,48	164 169,48	164 169,48	0,00	164 169,48	164 169,48	0,00	0,00	90,63
D.01.03.05.A0.A9	CAIXA GERAL DE APOSE	12 335,11	12 336,00	0,00	12 335,11	12 335,11	12 335,11	12 335,11	0,00	12 335,11	0,00	0,00	99,99
D.01.03.05.A0.B0	SEGURANCA SOCIAL	0,00	122 494,00	0,00	121 959,60	121 959,60	121 959,60	0,00	113 062,12	113 062,12	0,00	8 897,48	92,30
D.01.03.05.A0.B9	SEGURANCA SOCIAL	6 546,94	6 547,00	0,00	6 546,94	6 546,94	6 546,94	6 546,94	0,00	6 546,94	0,00	0,00	100,00
D.02.01.08.B0.00	CONSUMÍVEIS IMPRESSÃO	0,00	858,00	0,00	855,20	855,20	855,20	0,00	855,20	855,20	0,00	0,00	99,67
D.02.01.08.C0.00	OUTROS	0,00	12 732,00	0,00	2 782,90	2 782,90	2 782,90	0,00	2 782,90	2 782,90	0,00	0,00	21,86
D.02.01.18.00.00	LIVROS E DOCUMENTAÇÃ	0,00	3 151,00	0,00	40,81	40,81	40,81	0,00	40,81	40,81	0,00	0,00	1,30
D.02.01.19.00.00	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE	0,00	1 276,00	0,00	1 275,51	1 275,51	1 275,51	0,00	1 275,51	1 275,51	0,00	0,00	99,96
D.02.01.21.A0.01	OUTROS BENS	0,00	2 043,00	0,00	1 547,14	1 547,14	1 547,14	0,00	1 547,14	1 547,14	0,00	0,00	75,73
D.02.01.21.A0.09	OUTROS BENS	0,00	195,00	0,00	194,68	194,68	194,68	0,00	194,68	194,68	0,00	0,00	99,84
D.02.01.21.02.00	FUNDO MANEIO	0,00	750,00	0,00									0,00
D.02.02.01.B0.00	ENCARGOS INSTALAÇÕES	0,00	7 600,00	0,00	2 957,05	2 957,05	2 957,05	0,00	2 957,05	2 957,05	0,00	0,00	38,91
D.02.02.02.A0.01	LIMPEZA E HIGIENE	0,00	32 315,00	0,00	17 821,16	17 821,16	17 821,16	0,00	17 821,16	17 821,16	0,00	0,00	55,15
D.02.02.02.A0.09	LIMPEZA E HIGIENE	0,00	1 313,00	0,00	1 312,41	1 312,41	1 312,41	0,00	1 312,41	1 312,41	0,00	0,00	99,96
D.02.02.03.00.00	CONSERVAÇÃO DE BENS	0,00	3 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.02.04.C0.00	OUTROS	0,00	214 224,00	0,00	193 852,48	193 852,48	193 787,84	0,00	193 787,84	193 787,84	64,64	0,00	90,46
D.02.02.09.A0.00	ACESSOS A INTERNET	0,00	8 256,00	0,00	7 266,61	7 266,61	6 708,74	0,00	6 708,74	6 708,74	557,87	0,00	81,26
D.02.02.09.A0.09	ACESSOS A INTERNET	0,00	1 006,00	0,00	1 005,14	1 005,14	1 005,14	0,00	1 005,14	1 005,14	0,00	0,00	99,91
D.02.02.09.D0.00	COMUNICACOES MOVEIS	0,00	3 323,00	0,00	1 371,86	1 371,86	924,85	0,00	924,85	924,85	447,01	0,00	27,83
D.02.02.09.D0.09	COMUNICACOES MOVEIS	0,00	618,00	0,00	617,24	617,24	617,24	0,00	617,24	617,24	0,00	0,00	99,88
D.02.02.09.F0.00	OUTROS SERVICOS DE C	0,00	1 000,00	0,00	189,86	189,86	189,86	0,00	189,86	189,86	0,00	0,00	18,99
D.02.02.10.00.00	TRANSPORTES	0,00	1 500,00	0,00	69,00	69,00	69,00	0,00	69,00	69,00	0,00	0,00	4,60
D.02.02.12.B0.00	OUTRAS	0,00	15 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.02.13.00.00	DESLOCAÇÕES E ESTADA	0,00	27 675,00	0,00	202,41	202,41	202,41	0,00	202,41	202,41	0,00	0,00	0,73
D.02.02.14.D0.00	OUTROS	0,00	60 882,00	0,00	5 904,00	5 904,00	5 904,00	0,00	5 904,00	5 904,00	0,00	0,00	9,70
D.02.02.15.B0.00	OUTRAS	0,00	18 155,00	0,00	13 925,60	13 925,60	9 169,50	0,00	9 169,50	9 169,50	4 756,10	0,00	50,51
D.02.02.15.B0.09	OUTRAS	0,00	1 845,00	0,00	1 500,00	1 500,00	1 500,00	0,00	1 500,00	1 500,00	0,00	0,00	81,30
D.02.02.16.00.00	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕ	0,00	29 499,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.02.17.A0.00	PUBLICIDADE OBRIGATÓRIA	0,00	146,00	0,00	145,61	145,61	145,61	0,00	145,61	145,61	0,00	0,00	99,73
D.02.02.17.B0.00	PUBLICIDADE INSTITUC	0,00	654,00	0,00	31,90	31,90	31,90	0,00	31,90	31,90	0,00	0,00	4,88
D.02.02.19.A0.A0	IMPRESSORAS/FOTOCOPI	0,00	6 185,00	0,00	529,63	529,63	529,63	0,00	529,63	529,63	0,00	0,00	8,56
D.02.02.19.A0.A9	IMPRESSORAS/FOTOCOPI	0,00	1 000,00	0,00	345,39	345,39	345,39	0,00	345,39	345,39	0,00	0,00	34,54
D.02.02.19.A0.B0	OUTROS	0,00	713,00	0,00	712,28	712,28	712,28	0,00	712,28	712,28	0,00	0,00	99,90
D.02.02.19.B0.00	SOFTWARE INFORMÁTICO	0,00	6 765,00	0,00	6 765,00	6 765,00	6 765,00	0,00	6 765,00	6 765,00	0,00	0,00	100,00
D.02.02.20.A0.A0	DESENVOLVIMENTO DE S	0,00	7 150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.02.20.A0.C0	OUTROS	0,00	86 719,00	0,00	45 700,44	45 700,44	41 963,70	0,00	41 963,70	41 963,70	3 736,74	0,00	48,39
D.02.02.20.A0.C9	OUTROS	0,00	3 563,00	0,00	3 562,48	3 562,48	3 562,48	0,00	3 562,48	3 562,48	0,00	0,00	99,99
D.02.02.20.B0.00	PAGAMENTOS A ESPAP,	0,00	24 723,00	0,00	15 744,00	15 744,00	15 744,00	0,00	15 744,00	15 744,00	0,00	0,00	63,68
D.02.02.20.E0.00	OUTROS	0,00	34 600,00	0,00	6 479,65	6 479,65	6 479,65	0,00	6 479,65	6 479,65	0,00	0,00	18,73
D.02.02.23.B0.09	VERIFICAÇÃO MÉDICA	0,00	1 479,00	0,00	1 252,60	1 252,60	1 252,60	0,00	1 252,60	1 252,60	0,00	0,00	84,69
D.02.02.25.A0.01	OUTROS SERVIÇOS	0,00	10 909,00	0,00	10 096,59	10 096,59	8 137,72	0,00	8 136,39	8 136,39	1 958,87	1,33	74,58
D.02.02.25.A0.09	OUTROS SERVIÇOS	10,14	868,00	0,00	862,67	862,67	862,67	10,14	852,53	862,67	0,00	0,00	99,39
D.06.02.01.00.00	IMPOSTOS E TAXAS	0,00	1 160,00	0,00	1 157,87	1 157,87	1 157,87	0,00	203,37	203,37	0,00	954,50	17,53
D.06.02.03.R0.00	RESERVA	0,00	67 496,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa capital													
D.07.01.03.B0.B0	CONSERVACAO OU REPAR	0,00	1 528,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.07.01.07.B0.C0	OUTROS	0,00	29 670,00	0,00	18 766,22	18 766,22	122,20	0,00	122,20	122,20	18 644,02	0,00	0,41
D.07.01.07.B0.C9	OUTROS	329,83	330,00	0,00	329,83	329,83	329,83	329,83	0,00	329,83	0,00	0,00	99,95
D.07.01.08.B0.B0	OUTROS	0,00	30 000,00	0,00	11 416,84	11 416,84	11 416,84	0,00	11 416,84	11 416,84	0,00	0,00	38,06
D.07.01.09.B0.A0	HARDWARE DE COMUNICA	0,00	30 000,00	0,00	548,00	548,00	548,00	0,00	548,00	548,00	0,00	0,00	1,83
D.07.01.09.B0.B0	OUTROS	0,00	30 000,00	0,00	1 988,10	1 988,10	1 988,10	0,00	1 988,10	1 988,10	0,00	0,00	6,63
	Total	19 222,02	2 699 850,00	0,00	2 069 023,89	2 069 023,89	2 038 858,64	19 222,02	2 009 783,31	2 029 005,33	30 165,25	9 853,31	75,15

No âmbito das orientações emanadas pela *Financial Statements Discussion and Analysis* do *Internacional Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB) na *Recommended Pratice Guideline* - RPG 2, inclui-se tendências da posição financeira, desempenho financeiro, fluxos de caixa e informação Orçamental do Conselho das Finanças Públicas, com as alterações que se prevê que ocorram nos próximos períodos, pelos mapas previsionais a seguir apresentados.

4.2.4 Mapas previsionais

Quadro 20 - Balanço Previsional

Unidade monetária (1)

RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP	
		31/12/2021	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		46 461,40	63 534,40
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis		14 469,81	86 713,40
Ativos biológicos			
Investimentos financeiros			
Devedores por empréstimos			
Acionistas/sócios/associados			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
		60 931,21	150 247,80
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e			
Devedores por empréstimos			
Clientes, contribuintes e utentes			
Estado e Outros Entes Públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber		205 272,42	265 040,66
Diferimentos		16 383,56	16 604,76
Ativos financeiros detidos para			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para			
Caixa e depósitos		58 101,55	68 306,00
		279 757,53	349 951,42
Total do ativo		340 688,74	500 199,22
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital			
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados		-1 571,00	23 914,24
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património		35 532,12	104 259,72
Resultado líquido do período		23 914,24	-3 652,10
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido		57 875,36	124 521,86
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente			
Credores por transferências e		58 101,55	68 306,00
Fornecedores		1,33	
Adiantamentos de clientes,			
Estado e outros entes públicos		9 851,98	25 520,53
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Outras contas a pagar		206 182,58	265 950,82
Diferimentos		8 675,94	68 948,80
Passivos financeiros detidos para			
Outros passivos financeiros			
		282 813,38	428 726,15
Total do Passivo		282 813,38	428 726,15
Total do Património Líquido e		340 688,74	553 248,01

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigência de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Quadro 21 - Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional

Unidade monetária (1)

Rubricas	Notas	Períodos	
		2021	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes			
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos transferências e subsídios correntes		2 072 701,91	2 732 248,00
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores	Nota 1	-335 396,74	-747 546,71
Pagamentos ao pessoal		-1 679 000,25	-1 916 395,29
Caixa gerada pelas operações		58 304,92	68 306,00
Outros recebimentos/pagamentos		-106 399,33	-59 056,05
Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)		-48 094,41	9 249,95
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2 988,13	-21 528,00
Ativos intangíveis		-11 416,84	-100 000,00
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de :			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		14 404,97	121 528,00
Transferências de capital			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (b)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (c)			
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-48 094,41	9 249,95
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		106 195,96	58 101,55
Caixa e seus equivalentes no fim do período		58 101,55	68 306,00
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		106 195,96	58 101,55
- Equivalentes a caixa no início do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		106 195,96	58 101,55
De execução orçamental			
De operações de tesouraria			
Caixa e seus equivalentes no fim do período		58 101,55	68 306,00
- Equivalentes a caixa no início do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		106 195,96	58 101,55
De execução orçamental		58 101,55	68 306,00
De operações de tesouraria			

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigência de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Quadro 22 - Demonstração de Resultados por Natureza Previsional

Unidade monetária (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2022
Impostos, contribuições e taxas			
Vendas			
Prestações de serviços e concessões			
Transferências e subsídios correntes obtidos		2 042 434,06	2 474 068,49
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias			
Fornecimentos e serviços externos	Nota 1	-322 704,82	-625 064,21
Gastos com pessoal		-1 680 799,80	-1 916 395,29
Transferências e subsídios concedidos			
Prestações sociais			
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		14 546,43	121 528,00
Outros gastos e perdas		-8 972,65	-4 988,69
Resultados antes de depreciações e gastos de		44 503,22	49 148,30
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-20 588,98	-52 800,40
Imparidade de investimentos			
Resultado operacional (antes de gastos de		23 914,24	-3 652,10
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		23 914,24	-3 652,10
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		23 914,24	-3 652,10
Resultado líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigência de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

(2) Aplicável apenas no caso de contas consolidadas

Quadro 23 - Previsionais: Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

Rúbrica	Designação	Orçamento t			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	t+1	t+2	t+3	t+4
	Receita corrente	**2 120 934,02**	**2 072 701,91**	4 193 635,93	**2 610 720,00**	**2 614 247,59**	**2 619 974,50**	**2 624 760,44**
R1	Receita fiscal							
R11	Impostos diretos							
R12	Impostos indiretos							
R2	Contribuições para sistemas de prot. social e subsis. de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades							
R4	Rendimentos de propriedade							
R5	Transferências correntes	**2 120 934,02**	**2 072 701,91**	4 193 635,93	**2 610 720,00**	**2 614 247,59**	**2 619 974,50**	**2 624 760,44**
R51	Administrações Públicas	2 120 934,02	2 072 701,91		2 610 720,00	2 614 247,59	2 619 974,50	2 624 760,44
R511	Administração Central - Estado	2 120 934,02	2 072 701,91		2 610 720,00	2 614 247,59	2 619 974,50	2 624 760,44
R512	Administração Central - Outras entidades							
R513	Segurança Social							
R514	Administração Regional							
R515	Administração Local							
R52	Exterior - EU							
R53	Outras							
R6	Venda de bens e serviços							
R7	Outras receitas correntes							
	Receita de capital	**9 199,22**	**14 404,97**	23 604,19	**121 528,00**	**125 918,00**	**130 918,00**	**135 918,00**
R8	Venda de bens de investimento							
R9	Transferências de capital	9 199,22	14 404,97		121 528,00	125 918,00	130 918,00	135 918,00
R91	Administrações Públicas	9 199,22	14 404,97		121 528,00	125 918,00	130 918,00	135 918,00
R911	Administração Central - Estado	9 199,22	14 404,97		121 528,00	125 918,00	130 918,00	135 918,00
R912	Administração Central - Outras entidades							
R913	Segurança Social							
R914	Administração Regional							
R915	Administração Local							
R92	Exterior - EU							
R93	Outras							
R10	Outras receitas de capital							
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	449,77						
	Receita efetiva [1]	2 130 583,01	2 087 106,88	4 217 240,12	2 732 248,00	2 740 165,59	2 750 892,50	2 760 678,44
	Receita não efetiva [2]							
R12	Receita com ativos financeiros							
R13	Receita com passivos financeiros							
	Receita Total [3]=[1]+[2]	2 130 583,01	2 087 106,88	4 217 689,89	2 732 248,00	2 740 165,59	2 750 892,50	2 760 678,44
	Despesas correntes	**2 014 628,85**	**2 014 600,36**	4 029 229,21	**2 542 414,00**	**2 547 414,28**	**2 552 879,56**	**2 557 426,82**
D1	Despesas com pessoal	1669 454,41	1679000,25		1916 395,29	1916 395,29	1916 395,29	1916 395,29
D11	Remunerações certas e permanentes	1353 650,81	1370593,46		1541738,01	1541738,01	1541738,01	1541738,01
D12	Abonos variáveis ou eventuais	27 908,71	12293,14		12 000,00	12 000,00	12 000,00	12 000,00
D13	Segurança Social	287 894,89	296113,65		362 657,28	362 657,28	362 657,28	362 657,28
D2	Aquisição de bens e serviços	345 120,99	335396,74		625 064,21	631018,99	636 484,27	641031,53
D3	Juros e outros encargos							
D4	Transferências correntes							
D41	Administrações Públicas							
D411	Administração Central - Estado							
D412	Administração Central - Outras entidades							
D413	Segurança Social							
D414	Administração Regional							
D415	Administração Local							
D42	Instituições sem fins lucrativos							
D43	Famílias							
D44	Outras							
D5	Subsídios							
D6	Outras despesas correntes	53,45	203,37		954,50			
	Despesa de capital	**9 758,20**	**14 404,97**	24 163,17	**121 528,00**	**125 918,00**	**130 918,00**	**135 918,00**
D7	Investimento	9 758,20	14404,97		121 528,00	125 918,00	130 918,00	135 918,00
D8	Transferências de capital							
D81	Administrações Públicas							
D811	Administração Central - Estado							
D812	Administração Central - Outras entidades							
D813	Segurança Social							
D814	Administração Regional							
D815	Administração Local							
D82	Instituições sem fins lucrativos							
D83	Famílias							
D84	Outras							
D9	Outras despesas de capital							
	Despesa efetiva [4]	2 024 387,05	2 029 005,33	4 053 392,38	2 663 942,00	2 673 332,28	2 683 797,56	2 693 344,82
	Despesa não efetiva [5]							
D10	Despesa com ativos financeiros							
D11	Despesa com passivos financeiros							
	Despesa total [6]=[4]+[5]	2 024 387,05	2 029 005,33		2 663 942,00	2 673 332,28	2 683 797,56	2 693 344,82
	Saldo total [3]-[6]	106 195,96	58 101,55		68 306,00	66 833,31	67 094,94	67 333,62
	Saldo global [1]-[4]	106 195,96	58 101,55		68 306,00	66 833,31	67 094,94	67 333,62
	Despesa primária	2 024 387,05	2 029 005,33		2 663 942,00	2 673 332,28	2 683 797,56	2 693 344,82
	Saldo corrente	106 305,17	58 101,55		68 306,00	66 833,31	67 094,94	67 333,62
	Saldo de capital	-558,98	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
	Saldo primário	106 195,96	58 101,55		68 306,00	66 833,31	67 094,94	67 333,62

No que respeita a riscos e incertezas que se prevê afetem a posição financeira do Conselho das Finanças Públicas, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa e considerando que as demonstrações de prestação de contas devem ter continuação, não se prevê uma alteração na mensuração dos ativos pelo impacto que a pandemia Covid-19 irá causar nas contas futuras, nem vir a sofrer ajustes.

As despesas/custos decorrentes da pandemia COVID-19, em 2021, pela Medida 096 – garantir normalidade cifraram-se em €9.211,51 e, em 2022 com o valor que se prevê ser de €7.758,00.

Importa referir que o tipo de custos previstos são: despesas com acessos a bandas largas, com vista a garantir que todos os trabalhadores reúnam todas as condições para manterem o teletrabalho e os custos associados às medidas de desconfinamento previstas no Plano de desconfinamento, aprovado pela Comissão Executiva e publicitado no site do CFP.

Acresce que, não se prevê uma alteração nos ativos tangíveis e nas depreciações associadas, uma vez que o CFP não parou a sua atividade pelo que, nesta matéria, não se prevê qualquer impacto da pandemia do Covid 19, e há, neste caso, uma continuidade.

Foram também tidas em conta revisões das estimativas com custos de eletricidade, a substituição de jornais em formato papel por formato digital, não se prevendo assim impactos nos fornecedores.

Quadro Resultados por Produtos Vendidos e Serviços Prestados no Período – Não aplicável.

Quadro Custos por Atividades ou Funções – Não aplicável

Quadro Gastos de Produção por Produtos e Serviços Finais: Não aplicável

Quadro Rendimentos e Gastos Ambientais – Não aplicável

Quadro Rendimentos Gerais e Gastos Não Incorporados – Não aplicável

4.2.5 Indicadores

Atendendo às orientações do *Reporting Service Performance Information* do *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB) a *Recommended Practice Guideline* RPG 3, incide sobre informações de desempenho a relatar, em complemento às demonstrações financeiras, tendo como propósito a apresentação de informações de desempenho para avaliação de extensão, eficiência e eficácia do desempenho da entidade, aferir responsabilidades e tomar decisões.

Apresentam-se seguidamente indicadores económico-financeiros e indicadores orçamentais em complemento às demonstrações financeira e orçamentais.

Quadro 24 - Indicadores Económico Financeiros

Dimensão	Indicador	
Liquidez	Liquidez Geral (Ativo corrente/Passivo corrente)	0,99
	Liquidez Reduzida (Ativo corrente-Passivo corrente)	0,99
	Liquidez Imediata (Disponibilidades/Passivo corrente)	0,21
Rentabilidade	Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios (ROVN) (Resultados operacionais/Volume negócios*100)	1,18
	Taxa de Margem Bruta (TMB)	N.A
	Rentabilidade do Património Líquido (RPL) (Resultados líquidos/Património líquido*100)	41,32
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA) (Resultados operacionais/Ativo*100)	7,02
Atividade	Grau de Rotação do Ativo (GRA) (Volume negócios/Ativo)	5,96
	Prazo Médio de Inventários (PMI)	N.A
	Prazo Médio de Recebimentos (PMR)	N.A
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	0
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - Programa Pagar a Tempo e Horas	0
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira (Património líquido/Ativo)	0,17
	Solvabilidade (Património líquido/Passivo)	0,2
	Grau de cobertura dos gastos financeiros	0
	Endividamento (Passivo/Ativo)	0,83

Quadro 25 - Indicadores Orçamentais

Indicador	
Grau de Execução Orçamental da receita (%)	73%
Grau de Execução Orçamental da despesa (%)	75%
Indicador de estrutura da receita efetiva	100%
Indicador de estrutura da despesa efetiva	100%
Saldo Corrente	58101,55
Saldo de Capital	0
Saldo Primário	58101,55
Saldo Global	58101,55
Grau de realização das liquidações	100%
Grau de execução das obrigações	100%

4.2.6 "Notas explicativas às demonstrações financeiras"

Tendo como objetivo proporcionar informação que seja útil para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para tomada de decisões, a seguir se apresenta "Notas explicativas às demonstrações financeiras" do CFP, fazendo estas parte integrante da presenta prestação de contas.

Nota – O normativo utilizado no ano anterior à primeira aplicação do SNC-AP, era o Plano Oficial de Contabilidade Pública, na medida do aplicável ao Conselho das Finanças Públicas.

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 - Identificação da entidade, período de relato

Alínea a) O Conselho das Finanças Públicas é uma pessoa coletiva de direito público, com a natureza de entidade administrativa independente, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio.

Alínea b) Morada fiscal em Praça de Alvalade n.º 6-10.º, 1700-036 Lisboa.

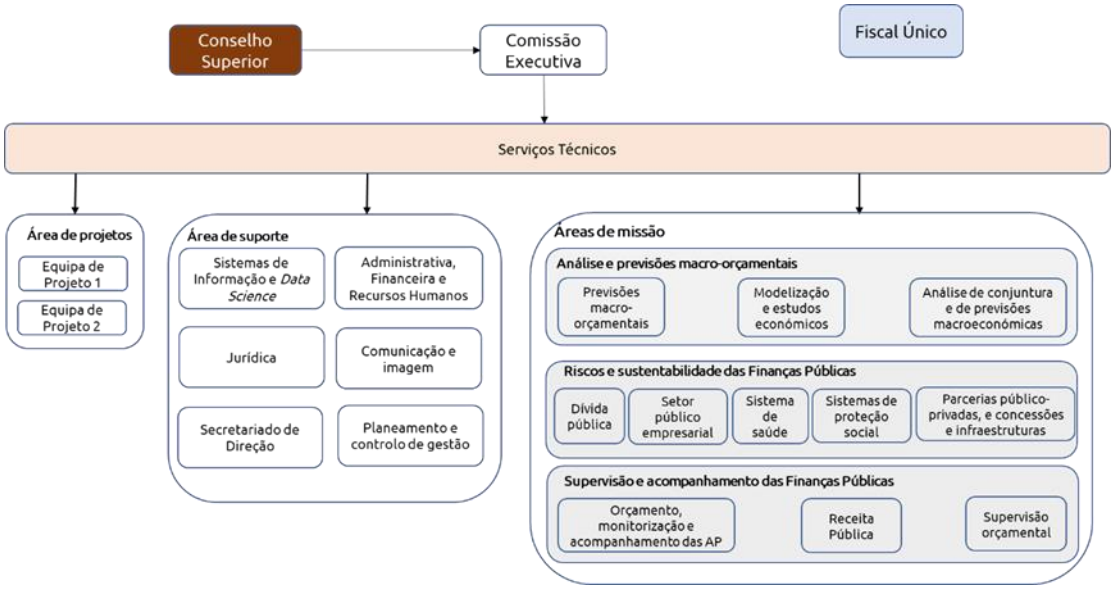
Alínea c) Com a classificação orgânica: Ministério:01-Encargos Gerais do Estado; Secretaria:1-Encargos Gerais do Estado-Privativos-SFA; Capítulo:11-Conselho das Finanças Públicas; Divisão:01-Conselho das Finanças Públicas.

Alínea d) O Conselho das Finanças Públicas atua de forma autónoma no desempenho das funções que lhe estão cometidas por lei e pelos Estatutos, não podendo solicitar nem receber instruções da Assembleia da República, do Governo ou de quaisquer outras entidades públicas ou privadas.

Alínea e) O Conselho das Finanças Pública foi criado pelo artigo 12.º-I da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto (Lei de enquadramento orçamental), republicada pela Lei n.º 22/2011, de 20 de maio. Os seus estatutos foram aprovados pela Lei n.º 54/2011, de 19 de outubro, alterada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Alínea f) Conselho das Finanças Públicas sito em Praça de Alvalade n.º 6-10.º, 1700-036 Lisboa.

Estrutura organizacional - Organograma:



Recursos humanos:

- Presidente do Conselho Superior;
- Vice-Presidente do Conselho Superior;
- Vogal Executivo do Conselho Superior;
- 2 Vogais Não Executivos do Conselho Superior;
- Diretor dos Serviços Técnicos;
- 1 Coordenador Técnico da subárea Administrativa, Financeira e Recursos Humanos da Área de Suporte;
- 1 Coordenador Técnico da subárea de Sistemas de Informação e Data Science da Área de Suporte;
- 3 Coordenadores Técnicos da Área de Missão: 1 Coordenador Técnico da subárea de Análise e provisões macro-orçamentais; 1 Coordenador Técnico da subárea de Riscos e sustentabilidade das Finanças Públicas; 1 Coordenador Técnico da subárea de Supervisão e acompanhamento das Finanças Públicas;
- 2 Analistas principais da Área de Missão;
- 4 Analistas da Área de Missão;
- 1 Gestor de Projetos da Área de Projetos, subárea de Projetos na Área de transparência, riscos e sustentabilidade das Finanças Públicas;

- 1 Técnico de Sistemas de Informação da subárea de Sistemas de Informação e Data Science da Área de Suporte;
- 1 Técnico Especialista da subárea de Comunicação e Imagem da Área de Suporte;
- 1 Técnico Especialista da subárea Jurídica da Área de Suporte;
- 1 Técnico Especialista da subárea de Secretariado de Direção da Área de Suporte;
- 2 Técnicos da subárea Administrativa, Financeira e Recursos Humanos da Área de Suporte.

Órgãos de gestão, órgãos de fiscalização, órgãos consultivos e outros:

O conselho superior, a comissão executiva e o fiscal único são órgãos do Conselho das Finanças Públicas.

O conselho superior é um órgão colegial constituído por cinco membros, o presidente, o vice-presidente, um vogal executivo e dois vogais não executivos.

A comissão executiva é composta, por inerência das respetivas funções, pelo presidente do conselho superior, pelo vogal executivo e pelo diretor dos serviços técnicos do conselho.

O fiscal único é o órgão responsável pelo controlo da gestão financeira e patrimonial do conselho e sua legalidade.

O Conselho das Finanças Públicas avalia os cenários macroeconómicos adotados pelo Governo e a consistência das projeções orçamentais com esses cenários; avalia o cumprimento das regras orçamentais estabelecidas; analisa a dinâmica da dívida pública e a evolução da sua sustentabilidade; analisa a dinâmica de evolução dos compromissos existentes, com particular incidência nos sistemas de pensões e saúde e nas parcerias público-privadas e concessões, incluindo a avaliação das suas implicações na sustentabilidade das finanças públicas; avalia a situação financeira das regiões autónomas e das autarquias locais; avalia a situação económica e financeira das entidades do sector público empresarial e o seu potencial impacto sobre a situação consolidada das contas públicas e sua sustentabilidade; analisa a despesa fiscal; acompanha a execução orçamental.

1.2 - Referencial Contabilístico e demonstrações financeiras

Alínea a) "As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade."

Alíneas (d) e (e) Desagregação dos valores inscritos na rúbrica de caixa e em depósitos bancários.

Quadro 26 (Quadro 1) - Desagregação de caixa e depósitos

Conta	Euros	
Caixa		0,00
Depósitos à ordem		58 101,55
Depósitos à ordem no Tesouro	58 101,55	
Depósitos bancários à ordem	0,00	
Depósitos a prazo		0,00
Depósitos consignados		0,00
Depósitos de garantias e cauções		0,00
Total de caixa e depósitos		58 101,55

O total de caixa e depósitos respeita a saldo de gerência do período N a devolver.

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras do CFP, foram as seguintes:

- No reconhecimento de um ativo, o CFP, considera no respetivo custo o seu preço de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de operar da forma pretendida;
- O CFP calcula as amortizações/depreciações dos seus ativos de acordo com o método de linha reta em conformidade com o período de vida útil máximo estimado;
- Todas as despesas com a manutenção e reparação dos ativos são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo;
- Não existem ativos ou passivos respeitantes a moeda estrangeira, pelo que não se aplicam os critérios relativos a diferenças de câmbio.

Em obediência à base de acréscimo, registaram-se em acréscimos e diferimentos, ativos e passivos, os efeitos de rendimentos e ganhos a ser reconhecidos em exercícios diferentes daqueles em que ocorrem os correspondentes recebimentos ou pagamentos.

2.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes.

Não aplicável.

2.3 – Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Não aplicável.

2.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

Não aplicável.

2.5 – Quando a aplicação inicial de uma NCP tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou puder ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar (alíneas a) a h).

Não aplicável.

2.6 – Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

Não aplicável.

2.7 – Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.

Não aplicável.

2.8 – Erros materiais de períodos anteriores.

Não aplicável.

Nota 3 – Ativos intangíveis

3.1 Divulgação dos ativos intangíveis

Alínea a) As vidas úteis ou as taxas de amortização usadas estão de acordo com o Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento.

Alínea b) O método de amortização usado para ativos intangíveis é o método em linha reta.

Alínea c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no final do período, apresenta-se no Quadro 3.1 de seguida:

Quadro 27 (Quadro 3.1 AI) - Variação amortizações e perdas imparidade acumuladas

Rúbricas (1)	Quantia Bruta Início (2)	Amort.Acumul. Início (3)	Perdas Imparid.Ac. Início (4)	Quantia Escrit.Início (5)=2-3-4	Quantia Bruta Final (6)	Amort. Acumul. Final (7)	Perdas Imparid.Ac. Final (8)	Quantia Escrit.Final (9)=6-7-8
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural Goodwill Projetos de desenvolvimento Programas de computador e sistemas de informação Propriedade industrial e intelectual Outros Ativos intangíveis em curso	60 799,88	53 073,47		7 726,41	73 171,22	58 701,41		14 469,81
Total	60 799,88	53 073,47		7 726,41	73 171,22	58 701,41		14 469,81

Alínea d) No que se refere à quantia de «Gastos/reversões de depreciação e amortização» da Demonstração dos Resultados por naturezas, a parte que respeita a ativos intangíveis no período é de 5.627,94 €.

Alínea e) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no final do período, que se apresenta no Quadro 3.2 a seguir.

Quadro 28 (Quadro 3.2) - Ativos Intangíveis - Quantia escriturada e variações no período

Rúbrica (1)	Variações no período									Quantia Escriturada Final (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
	Quantia Escriturada Inicial (2)	Adições (3)	Transf. Internas à Entidade (4)	Revalorizações (5)	Rev. de Perdas por Imparid. (6)	Perdas por Imparidade (7)	Amortizações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural Goodwill Projetos de desenvolvimento Programas de computador e sistemas de informação Propriedade industrial e intelectual Outros Ativos intangíveis em curso	7726,41	12371,34					-5627,94			14469,81
Total	7726,41	12371,34	0	0	0	0	-5627,94	0	0	14469,81

Em complemento ao quadro 3.2 acima e no que aos requisitos de divulgação da alínea a) do ponto 3.5 respeita, os ativos intangíveis totalmente amortizados e ainda em uso, correspondem a Licenças STATA, WinRATS Pro, MATHWORKS, MATHTYPE 6.9, EVIEWS v.8 e ENDNOTE X7, cujo valor de aquisição se cifrou em 24.976,13 € e a quantia escriturada é nula.

Quadro 29 (Quadro 3.2A) - Ativos Intangíveis - Adições

Rúbrica (1)	Adições									Total (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transf. ou Troca (5)	Doa/Her/Leg/ Per Favor Estado (6)	Dação em Pagamento (7)	Locação Financeira (8)	Fusão, cisão, reestrut. (9)	Outras (10)	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação		12371,34								12371,34
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
Total	0	12371,34	0	0	0	0	0	0	0	12371,34

Quadro 30 (Quadro 3.2B) - Ativos Intangíveis - Diminuições

Rúbrica (1)	Diminuições				Total (6)=(2)+(3)+(4)+(5)
	Alienação a tit. Oneroso (2)	Transf. ou Troca (3)	Fusão, cisão, reestrut. (4)	Outras (5)	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Goodwill					
Projetos de desenvolvimento					
Programas de computador e sistemas de informação					
Propriedade industrial e intelectual					
Outros					
Ativos intangíveis em curso					
Total	0	0	0	0	0

3.2 – Não aplicável

3.3 – Não aplicável

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

Não aplicável

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

5.1 Divulgação de ativos fixos tangíveis

Alínea a) Os ativos fixos tangíveis foram mensurados ao custo de aquisição, considerando-se como tal a soma do preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para os colocar no seu estado atual.

Alínea b) Por terem uma vida útil limitada, os bens do ativo são sujeitos a depreciação sistemática, pelo método das quotas constantes.

Alínea c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas estão de acordo com o Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento.

Alínea d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com as perdas de imparidade acumuladas) no início e no final do período, e (e) uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, apresentam-se nos Quadros 5.1 e 5.2 de seguida:

Quadro 31 (Q5.1 AFT) - Variação depreciações e perdas imparidade acumuladas

Rúbricas (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta Início (2)	Deprec.Acumul. Início (3)	Perdas Imparid.Ac. Início (4)	Quantia Escrit.Início (5)=2-3-4	Quantia Bruta Final (6)	Deprec.Acumul. Final (7)	Perdas Imparid. Ac. Final (8)	Quantia Escrit.Final (9)=6-7-8
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Óutros bens de domínio público em curso								
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Equipamento básico	215 201,69	189 994,46		25 207,23	215 201,69	199 769,90		15 431,79
Equipamento de transporte								
Equipamento administrativo	45 371,57	36 953,36		8 418,21	48 029,87	40 086,17		7 943,70
Equipamentos biológicos								
Outros	360 818,84	335 680,14		25 138,70	360 818,84	337 732,93		23 085,91
Ativos fixos tangíveis em curso								
	621 392,10	562 627,96		58 764,14	624 050,40	577 589,00		46 461,40
Total	621 392,10	562 627,96		58 764,14	624 050,40	577 589,00		46 461,40

Quadro 32 (Quadro 5.2) - Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações no período

Rúbrica (1)	Quantia Escriturada Inicial (2)	Variações no período								Quantia Escriturada Final (11)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
		Adições (3)	Transf. Internas à Entidade (4)	Revalorizações (5)	Rev. de Perdas por Imparid. (6)	Perdas por Imparidade (7)	Depreciações do periodo (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)	
Bens do domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	25 207,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-9 775,44	0,00	0,00	15 431,79
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	8 418,21	2 658,30	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 132,81	0,00	0,00	7 943,70
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	25 138,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 052,79	0,00	0,00	23 085,91
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	58 764,14	2 658,30	0,00	0,00	0,00	0,00	-14 961,04	0,00	0,00	46 461,40
Total	58 764,14	2 658,30	0,00	0,00	0,00	0,00	-14 961,04	0,00	0,00	46 461,40

Quadro 33 (Quadro 5.2A) - Ativos fixos tangíveis - Adições

Rúbrica (1)	Adições										Total (12)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transf. ou Troca (5)	Expropriação (6)	Doa/Her/Leg /Per Favor Estado (7)	Dação em Pagamento (8)	Locação Financeira (9)	Fusão, cisão, reestrut. (10)	Outras (11)	
Bens do domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	2 658,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 658,30
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	2 658,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 658,30
Total	0,00	2 658,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 658,30

Quadro 34 (Quadro 5.2B) - Ativos fixos tangíveis - Diminuições

Rúbrica (1)	Diminuições					Total (7)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
	Alienação a tit. Oneroso (2)	Transf. ou Troca (3)	Devolução ou reversão (4)	Fusão, cisão, reestrut. (5)	Outras (6)	
Bens do domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

5.2 – Não aplicável.

5.3 – Não aplicável.

5.4 – Não aplicável.

5.5 – Não aplicável.

5.6 Divulgação de ativos fixos tangíveis

Alínea a) Não aplicável.

Alínea b) A quantia escriturada bruta de outros ativos fixos tangíveis já totalmente depreciados, mas que continuam em uso, cifra-se em 529.479,05 €.

Alínea c) Não aplicável.

Nota 6 – Locações

Não aplicável.

Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

Não aplicável.

Nota 8 – Propriedades de investimento

Não aplicável.

Nota 9 – Imparidade de ativos

Não aplicável.

Nota 10 – Inventários

Não aplicável.

Nota 11 – Agricultura

Não aplicável.

Nota 12 – Contratos de construção

Não aplicável.

Nota 13 – Rendimento de transações com contraprestação

Não aplicável.

Nota 14 – Rendimento de transações sem contraprestação

Não aplicável.

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

Nota 16 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

Não aplicável.

Nota 18 – Instrumentos financeiros

Não aplicável.

Nota 19 – Benefícios dos empregados

19.1 Divulgação dos benefícios definidos

Alínea a) Não aplicável.

Alínea b) Não aplicável.

Alínea c) Não aplicável.

Alínea d) Não aplicável.

Alínea e) Não aplicável.

Alínea f) Não aplicável.

Alínea g) Gasto total reconhecido na demonstração dos resultados, conforme Quadro 19.3 – Gastos reconhecidos no período, que a seguir se apresenta.

Quadro 35 (Quadro 19.3) Benefícios dos empregados - Gastos reconhecidos no período

	Conta da DR	Valor
Custo do serviço corrente	Gastos com pessoal	1 680 799,80
Custo de juros		
Retorno esperado dos ativos do plano		
Retorno esperado de qualquer direito de reembolso reconhecido como ativo		
Ganhos e perdas atuariais		
Custo dos serviços passados		
Efeito de qalquer corte ou liquidação		

19.2 – Não aplicável.

19.3 – Não aplicável.

19.4 – Não aplicável.

19.5 – Não aplicável.

19.6 – Não aplicável.

Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas

Não aplicável.

Nota 21 – Relato por segmentos

Não aplicável.

Nota 22 – Interesses em outras entidades

Não aplicável.

5. Documentos do Fiscal Único

Reproduzem-se integralmente neste capítulo os documentos produzidos pelo Fiscal Único do Conselho das Finanças Públicas, Dr. Pedro José Gomes do Nascimento Barreira, em resultado do seu acompanhamento da atividade e do exame às contas da instituição:

Pedro José Gomes do Nascimento Barreira
ROC n.º 1145
Inscrito na CMVM sob o n.º 20160757
Rua da Bica do Sapato, 46 - 4.º Dto.
1100-094 Lisboa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditei as demonstrações financeiras anexas do **Conselho das Finanças Públicas** (a Entidade), pessoa coletiva de direito público, com a natureza de entidade administrativa independente, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património autónomo, sujeita ao regime dos serviços e fundos autónomos, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 340 689 euros e um total de património líquido de 57 875 euros, incluindo um resultado líquido de 23 914 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em minha opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Conselho das Finanças Públicas**, em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

BASES PARA A OPINIÃO

A minha auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As minhas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Sou independente da Entidade nos termos da lei e cumpro os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estou convicto que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Comissão Executiva, constituída nos termos da Lei n.º 54/2011, de 19 de outubro, que aprovou os Estatutos do Conselho das Finanças Públicas é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);

- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identifico e avalio os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebo e executo procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtenho prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtenho uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avalio a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluo sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluir que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do meu relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avalio a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunico com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A minha responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditei as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração de execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 1 980 911 euros) e a demonstração de execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 2 029 005 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Comissão Executiva é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da Entidade. A minha responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do SNC-AP.

Em minha opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 21 de abril de 2022

Pedro José Gomes do Nascimento Barreira

(Revisor Oficial de Contas, inscrito na OROC sob o n.º 1145)

Pedro José Gomes do Nascimento Barreira
ROC n.º 1145
Inscrito na CMVM sob o n.º 20160757
Rua da Bica do Sapato, 46 - 4.º Dtº.
1100-094 Lisboa

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Para cumprimento do estabelecido na alínea d) do artigo 25.º dos Estatutos do **Conselho das Finanças Públicas (CFP)**, aprovados pela Lei n.º 54/2011, de 19 de outubro, emito o presente relatório e parecer sobre as contas do CFP, relativamente ao exercício de 2021.

RELATÓRIO

A Comissão Executiva do CFP elaborou as demonstrações financeiras, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

No âmbito da prestação de contas do CFP, a Comissão Executiva preparou as demonstrações orçamentais que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração de execução orçamental da receita e a demonstração de execução orçamental da despesa.

O CFP possui a natureza de entidade administrativa independente, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património autónomo, sujeita ao regime dos serviços e fundos autónomos.

As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

As contas patrimoniais apresentam um total de balanço de 340 689 euros e um total de património líquido de 57 875 euros, incluindo um resultado líquido de 23 914 euros. A execução orçamental apresenta um total de despesa paga líquida de reposições 2 029 005 euros, financiado por receitas provenientes do Orçamento do Estado.

Acompanhei, relativamente ao exercício de 2021, a atividade do CFP tendo, para o efeito, emitindo relatórios trimestrais sobre a execução orçamental e a análise financeira e patrimonial.

Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, emiti a Certificação Legal das Contas relativa ao exercício de 2021, sem reservas e sem ênfases, tendo, para o efeito, recebido da Comissão Executiva e demais

responsáveis dos departamentos relevantes do CFP a colaboração necessária e foram-me oportunamente prestadas todas as informações solicitadas.

PARECER

Em face do exposto, sou de parecer que o balanço em 31 de dezembro de 2021, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração de fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, lidas em conjunto, quer com a Certificação Legal das Contas, quer com as demonstrações orçamentais que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração de execução orçamental da receita e a demonstração de execução orçamental da despesa, permitem uma boa compreensão da situação orçamental e patrimonial do Conselho das Finanças Públicas e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

Lisboa, 21 de abril de 2022

O FISCAL ÚNICO

Pedro José Gomes do Nascimento Barreira

(Revisor Oficial de Contas, inscrito na OROC sob o n.º 1145)